

Duas faces da estratégia

A ESTRATÉGIA a ser seguida pelo Brasil em relação à sua dívida externa, neste momento particularmente delicado, exige perfeito equilíbrio entre a disposição para o diálogo e a firmeza no anúncio e na sustentação de posições face às quais o recuo ou a passividade seria contraproducente ou, em alguns casos, altamente lesiva.

UM EXEMPLO da intenção de evitar o confronto está no cuidado, que sempre existiu mas foi enfatizado a partir da decisão de suspender a remessa de juros para o exterior, de não procurar estimular outras nações devedoras a tomarem o mesmo tipo de atitude. O comunicado oficial sobre a reunião entre o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o Secretário de Fazenda da Argentina, Mário Brodersohn, por exemplo, não revelou qualquer sentimento de confronto com os credores e chama a atenção apenas para a necessidade de negociação.

NA OUTRA face da moeda, é evidente que o Brasil precisa defender com toda veemência as suas reservas cambiais. Diante da ameaça de que as linhas de crédito de curto prazo (direcionadas ao financiamento de exportações e importa-

ções e mais depósitos nas agências de bancos brasileiros no exterior) poderiam não ser renovadas até o final da semana, o Governo reagiu comunicando aos bancos que também não remeteria os juros correspondentes a essas dívidas.

DA MESMA forma que a retirada dos depósitos interbancários e dos créditos comerciais causaria forte sangria nas reservas brasileiras, que estão em níveis perigosamente baixos, a suspensão da remessa de juros de curto prazo pode gerar um rombo no fluxo de caixa dos bancos. Isto porque essas aplicações geralmente estão lastreadas também em ativos de curtíssimo prazo, operações "overnight" ou de no máximo uma semana.

EM RELAÇÃO aos juros das dívidas de médio e longo prazos, os bancos têm condições de suportar por um pouco mais de tempo a suspensão das remessas, já que esses empréstimos foram concedidos em cima de ativos resgatáveis ou renováveis de três meses a um ano.

AÇÃO E REAÇÃO, neste caso dos créditos de curto prazo, não deixam de ser procedimentos típicos. É de certa forma um jogo de

pressões desenvolvido sem estardalhaço e sem lances retóricos destinados à platéia.

NA VERDADE, o desejo de encontrar soluções viáveis é comum ao devedor e aos credores. Ao contrário do que disse em seu editorial de terça-feira o "New York Times", a crise brasileira, no tocante à dívida externa, não pode ser definida, de forma simplista, como "auto-induzida". Ela pode ter-se declarado, neste momento preciso, devido ao peso de fatores internos da economia brasileira — mas existe, latente, há muito tempo. E na sua origem fatores externos e internos coexistem, entrelaçados ao ponto de não ser possível dissociá-los.

O QUE NÃO é possível confundir são as medidas internas que o Brasil está tomando e vai tomar com o objetivo de deter a escalada da inflação e readquirir a capacidade de honrar os pagamentos dos juros de sua dívida, e as etapas da negociação entre seus representantes e os bancos credores.

NESSA ARENA, jamais haverá vencidos ou vencedores — e sim protagonistas de um mesmo momento difícil, em busca de entendimento e acordo.